

INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, B V MIGOTO & MIGOTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 53.872.784/0001-04, sediada à Rua Barão do Rio Branco, nº 220 - Centro, Aparecida/SP, CEP 12570-000, denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82.210.000 e ALESSANDRO VALE ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 12.794.477/0001-75, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, 1700, sala 206/207, Centro Cívico, Curitiba/PR, doravante denominadas simplesmente CONTRATADAS, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), a CONTRATANTE contrata as CONTRATADAS a fim de que estas auxiliem lhe na recuperação administrativa de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

1 - Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB - Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de Contribuição Previdenciária Patronal, sobre verbas de caráter indenizatório e não habituais, e Contribuições Destinadas a Terceiros", **visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente** sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado.

2 - Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

2.1. A **CONTRATANTE** deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários **dos últimos 60 (sessenta) meses**, para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas, garantido às **CONTRATADAS**, completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição das **CONTRATADAS**.

2.2. A **CONTRATANTE**, desde já, deixa ciente às **CONTRATADAS** que **não realizará** a exclusão das verbas acima expostas caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses de ambas as partes.

2.3. As **CONTRATADAS** responsabilizam-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando a **CONTRATANTE** integralmente responsável por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Em contraprestação aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagará às **CONTRATADAS**:

Serão pagos às **CONTRATADAS** o valor equivalente a 20% (vinte por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pela **CONTRATANTE**, por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente:

- a) O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pela **CONTRATANTE**, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF.
- b) O pagamento dos honorários será calculado, considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre o valor do crédito efetivamente recuperado pela **CONTRATANTE**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

3.2. Os pagamentos dos honorários serão efetuados na mesma data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais (INSS), sendo enviado à **CONTRATANTE** o boleto de pagamento após a compensação de cada mês observando a data limite, como o de vencimento do imposto/tributo devido, estando inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, as quais estão relacionadas com a prestação dos serviços contratados.

3.3. No caso de atraso no pagamento dos honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

3.4. Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, as **CONTRATADAS** poderão suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, até a regularização por parte da **CONTRATANTE**, eximindo-as inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato, devendo, contudo, cumprir com as formalidades previstas no item 10.2 do presente instrumento.

3.5. Na hipótese de a **CONTRATANTE** requisitar a apresentação do memorial de cálculo discriminado às **CONTRATADAS**, antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então, que serão antecipados integralmente os honorários avançados às **CONTRATADAS**. A disponibilização do cálculo mensal pormenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

4.1. Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, a **CONTRATANTE** estabelece com as **CONTRATADAS**, como prazo de entrega dos serviços, o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

CLÁUSULA QUINTA - DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

5.1. As **CONTRATADAS** se responsabilizam pela realização do procedimento de compensação administrativa perante a Receita Federal, assim, se isentando de eventuais ônus no tocante a não homologação.

5.2. As **CONTRATADAS**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, comprometem-se a prestar seus serviços profissionais à **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis, assim como, se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos levantados em relação ao objeto deste instrumento, durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL

6.1. A **CONTRATANTE** deverá enviar para as **CONTRATADAS**, eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebidos da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), para que as **CONTRATADAS** realizem a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

6.2. Caso ocorra o descrito no item 6.1 desta cláusula, caberá às **CONTRATADAS**, em se tratando de pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação relacionado aos procedimentos por ela realizados, dar as devidas tratativas perante o órgão requisitante - Receita Federal.

a) as tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor.

6.3 Caso não sejam cumpridos os *itens* 6.1 e 6.2 ("a"), as CONTRATADAS não se responsabilizarão por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas da CONTRATANTE com o órgão requerente (Receita Federal).

6.4. As CONTRATADAS se comprometem a realizar todas os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos da CONTRATANTE, caso incorra o descrito no *item* 6.1, salvo se descumpridos os *itens* 6.1 e 6.2.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

7.1 A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é da CONTRATANTE, uma vez que a partir delas que as CONTRATADAS desempenharão seus serviços.

7.2. Se os critérios forem aproveitados fora dos padrões e orientações das CONTRATADAS, ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, a CONTRATANTE se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

7.3. Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos, a CONTRATANTE está obrigada a realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato EXCLUSIVAMENTE com as CONTRATADAS até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

7.4. Restando descumprido o *item* 6.3 desta cláusula pela CONTRATANTE, a mesma deverá arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados e por ventura não compensados, estará sujeita à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

7.5. A CONTRATANTE se responsabiliza a informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pela CONTRATANTE, bem como declara que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, a CONTRATANTE se compromete a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato.

7.6. Durante o período de compensação dos créditos tributários, a CONTRATANTE se compromete a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente às CONTRATADAS, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

7.7. Caso sobrevenha decisão administrativa ou judicial (exemplo: ação rescisória) que reverta os benefícios porventura atingidos pela prestação dos serviços, a **PRIMEIRA CONTRATADA** se compromete a ressarcir a **CONTRATANTE** pelos honorários advocatícios já pagos, bem como responsabiliza-se a **PRIMEIRA CONTRATADA** pelas consequências de eventuais autuações, multas e penalidades, desde que relacionada ao procedimento de compensação realizado pela **PRIMEIRA CONTRATADA**, ficando certo e isento que qualquer sanção, multa ou penalidade decorrente de incongruências, preenchimento de guias e recolhimentos a menor realizados anteriormente pela **CONTRATANTE** ou seu CONTADOR, não serão arcados pela **PRIMEIRA CONTRATADA**, sendo a responsabilidade exclusiva da **CONTRATANTE**. Assim, a **PRIMEIRA CONTRATADA** se responsabiliza por erros inerentes ao serviço prestado até o limite de sua atuação, não podendo ser responsabilizado por erros da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. Os profissionais da **CONTRATADA**, designados para execução dos trabalhos, ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

9.1. O presente contrato somente pode ser alterado **por mútuo consentimento das partes e por escrito**.

CLÁUSULA DÉCIMA - HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência, no pagamento dos honorários, nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via **CORREIO - "AR - MI"**, bem como, não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

10.2. Na ocorrência da rescisão contratual, prevista no item anterior, deverão as **CONTRATADAS** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado, em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS REFLEXOS FUTUROS

12.1. Após a finalização do trabalho, as **CONTRATADAS** acompanharão anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura da **CONTRATANTE**, sendo devidos os honorários previstos neste **CONTRATO** pelos **próximos 60 (sessenta) meses**, contados a partir da aceitação da recuperação dos créditos/benefícios.

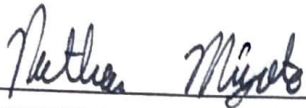
Parágrafo Único: Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pelas **CONTRATADAS** durante a vigência do presente contrato, que ocasionem redução da carga tributária. Identificado o benefício e apresentado para a **CONTRATANTE**, após aprovação, serão devidos os honorários no percentual pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico. E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba, 13 de outubro de 2022

CONTRATANTE



B V MIGOTO & MIGOTO LTDA

CNPJ sob o nº 53.872.784/0001-04

CONTRATADAS



MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA

CNPJ nº 38.661.672/0001-10



ALESSANDRO D. S. VALE

OAB/PR 26.791